

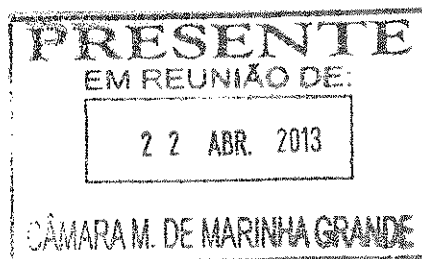
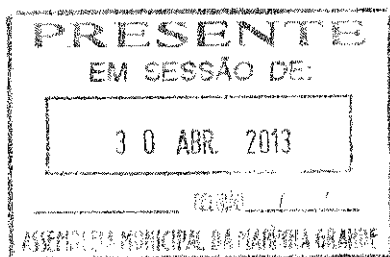
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do *Município da Marinha Grande*, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 114.006.098,00 euros e um total de fundos próprios de 81.802.995,49 euros, incluindo um resultado líquido de 1.937.914,49 euros), a Demonstração de resultados consolidada por natureza e os correspondentes Anexos.

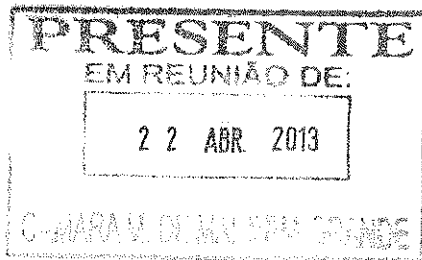
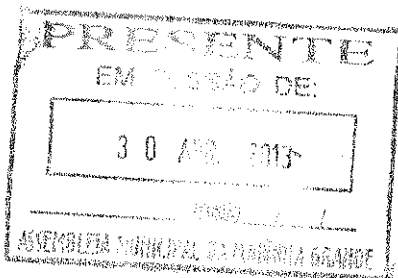
Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Município da Marinha Grande a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.



Âmbito

4. O exame a que procedemos, excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos nº 7. e nº8., foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Município, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de atividades consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

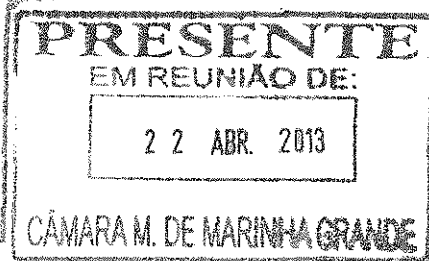
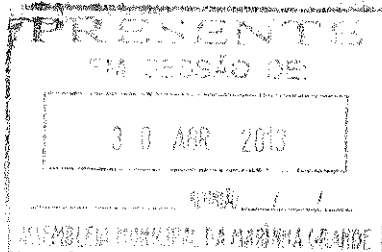


Reservas

7. Ao nível do ativo imobilizado registado nas Demonstrações Financeiras, rubrica com elevada significância nas Contas Municipais, conclui-se que foram tomadas medidas pelo Município que visaram o reconhecimento de todas as operações nascidas em 2012, tanto em termos de aquisições como de abates. Contudo, poderão existir bens imobilizados pertencentes ao Município não reflectidos nas Contas ou, em contrapartida, estarem registados bens que já não estão, por inutilização, sinistro ou obsolescência, em utilização. Decorrente desta situação não é possível confirmar parte do Fundo Patrimonial.
8. A Empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. utiliza o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), tendo as suas contas sido convertidas para POCAL. Não obstante este fato, o SNC afasta-se na aplicação de alguns critérios de reconhecimento, valorização e apresentação dos saldos e operações, não tendo sido possível uma harmonização contabilística ao nível do ativo imobilizado, entre outras operações, cujo impacto nas contas consolidadas não conseguimos avaliar.

Opinião

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafo nº 7. e 8., as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Município da Marinha Grande, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em



conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

10. É também nosso parecer que o relatório de atividades consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas.

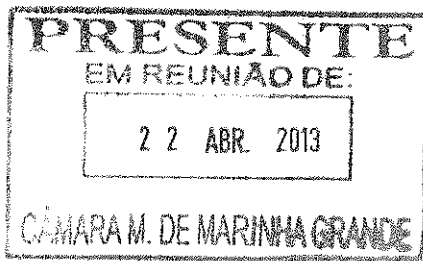
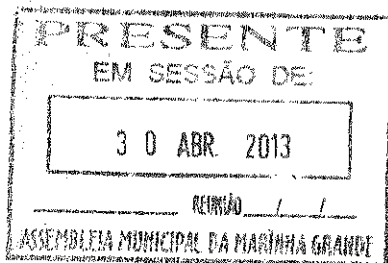
Ênfases

11. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- a. Foi efetuada a conciliação dos montantes em dívida pela venda água refletidos nas Demonstrações Financeiras pelo que este ano foi possível validar os valores apresentados pelo Município da Marinha Grande nas contas clientes. O resultado da correção efetuada teve como contrapartida a conta 59, no montante de 431.317,09€. Foi reforçada a provisão para cobranças duvidosas em 209.928,83€, para fazer face aos riscos das dívidas de terceiros, tendo sido o seu valor determinado de acordo com as percentagens estabelecidas no POCAL. Também neste ano, o Município especializou pela primeira vez os proveitos referentes à venda de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos de Dezembro faturados somente em 2013. Deste modo, os valores deste ano não são comparáveis com os do ano transato.
- b. Decorrente do acórdão da decisão do Tribunal Constitucional de 5 de Abril de 2013, foram acrescidos os devidos montantes em Custos com Pessoal a título de Acontecimentos Subsequentes;
- c. Por imperativo da DGAL, existem empréstimos que estão a ser considerados no médio e longo prazo na sua totalidade, quando,

9

Handwritten signatures and initials, including a large signature on the right and several smaller ones at the bottom right.




em parte, vencem-se a menos de um ano, tal como divulgado em Anexo.

- d. O Município estaria contratuamente obrigado a adquirir 52 fogos em Camarnal até Janeiro de 2007 ao IHRU. Deste modo, encontra-se registado em dívida o montante de 1.667.936€, do qual, 1.387.026,30€ em médio e longo prazo. Atentos os limites de endividamento e rateio atualmente em vigor, sem qualquer conceção de excecionamento, configura-se difícil a contracção de empréstimo para sanar este compromisso futuro. A dívida em questão tem vindo a gerar juros de mora que o Município reconhece nas suas contas desde 30 de Junho de 2009 no montante de 297.487€ em acréscimos de custos e no montante de 126.795,74€ em outros credores.
- e. Não foi elaborado o Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais.

Lisboa, 19 de Abril de 2013

**APPM – ANA CALADO PINTO, PEDRO DE CAMPOS MACHADO,
ILÍDIO CÉSAR FERREIRA & ASSOCIADO, SROC, LDA.**
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por:



Ana Calado Pinto
(ROC N.º 1.103)

